

**MEMÓRIA DOS QUILOMBOS:
ÁFRICA, DIÁSPORA, CABO VERDE E BRASIL**



*Ademir Barros dos Santos **
*Nuno Rebocho ***

“Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem”.

É assim que Alfredo Bosi inicia seu *Dialética da colonização*, e é seguindo tão precioso conselho que se inicia, aqui, este estudo.

Isto posto, necessário se faz recorrer ao que ensina Kabengele Munanga, em *Origem e histórico do quilombo na África*: é o que se faz, a seguir.

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS

Segundo Munanga, ele mesmo africano do Congo e falante nativo de idioma da família bantu, a palavra “quilombo” tem origem quimbundo, idioma do povo mbundo de Angola, visto que a raiz *_lombo* se refere “indubitavelmente, ao ritual de circuncisão; ali, a palavra *ochilombo* ainda remete ao sangue desta iniciação que, em outros idiomas de mesma raiz, como *cokwe* e quimbundu, é designada por termo completamente diferente: *mukanda*”.

Sobre o mesmo termo, é mister que se informe que Mário Henrique Simonsen o aponta também no umbundo, sob a forma *ochilombo* já citada, mas que, para este autor, designa, originalmente, lugar de pousio, cemitério, ligado à chamada religião vodu.

Mas, na diáspora africana de colonização portuguesa, o termo ganhou o significado de comunidades autônomas de escravos fugitivos, o que exige explicação, mesmo que em ligeira pinceladas.

A origem dos quilombos africanos

Um dos mais arraigados e difundidos costumes africanos é o ritual de iniciação dos jovens que, somente a partir dele, deixam de ser considerados crianças, iniciando vida adulta; neste ritual, a circuncisão é o momento mais importante para os homens que, antes dela, são vistos como assexuados e, só a partir de então, ficam aptos para o casamento.

Via de regra, o ritual não é aberto ao público: por sagrado, é restrito e praticado em lugar afastado e secreto, onde os iniciandos ficam em confinamento, e somente às pessoas qualificadas para tanto é permitido o acesso; é neste ponto que é necessário voltar a atenção para os *jagas* – ou *imbangala* – e seus rituais de iniciação.

O povo *jaga*, ou *imbangala*

Segundo ensina Munanga na obra já citada, vindos da margem direita do rio Cuango, os *imbangala* - cujo nome parece derivar da raiz umbundu “-vangala”, que significa “ser bravo” e/ou “vagar pelo território” - invadiram o Congo, de onde, em 1568, foram rechaçados.

Mas, portando vínculos culturais com os *lunda* e os *luba*, misturaram-se a grupos *suku*, organizando numerosas chefias; essencialmente guerreiros, quando chegam ao oeste do rio Cuango, vivem em campos fortificados e em permanente pé de guerra.

Um dos seus costumes mais típicos era a incorporação, à sua sociedade, de jovens de ambos os sexos, retirados dos povos por eles vencidos e dominados: assim, o tamanho de suas tropas aumentava rapidamente, o que explica, em parte, a superioridade militar dos *jaga* sobre seus vizinhos; isto, de tal forma que imprimiram sua marca na história angolana durante meio século!

Para esta mencionada incorporação, realizavam eles rituais voltados a desvincular os jovens de suas linhagens de origem, incorporando-os ao próprio grupo, como se, ali, houvessem nascido; e este ritual era realizado em seus campos sagrados de iniciação, os quilombos.

Portanto os quilombos, a partir dos jagas, ampliam sua função: além de ambientes de iniciação, passam a ser lugares próprios para o ritual de incorporação, a seu grupo, de jovens de outras etnias; e de treinamento para a guerra.

É assim, múltiplos e guerreiros, que os quilombos dão nome aos acampamentos e vilas de resistência na diáspora.

Resta conhecer seus antecedentes históricos sob os imbangala.

Surge o povo novo

O estudo idiomático aponta que, há cerca de dois mil anos, os antepassados dos povos que, atualmente, falam idiomas bantu, iniciaram sua expansão: partiram, provavelmente, do centro da Nigéria, em direção ao sul e sudeste da África.

O conhecimento da metalurgia deve ter facilitado esta expansão: e possível que utilizassem instrumentos de ferro para abrir caminho através da floresta equatorial.

Neste ponto, há que se recorrer ao mito, pois se trata de povos à época sem escrita, onde a tradição oral – com suas possíveis imprecisões e lacunas - era a grande fonte de informação sobre a chamada África Negra.

Com este foco em vista, eis ao mito, segundo Munanga: provavelmente no final do século XVI, o império luba – centro e sudeste do Congo – era governado por Kalala Ilunga Mbidi, cuja morte causa conflitos de sucessão entre os herdeiros do trono; um deles, o príncipe perdedor Kimbinda Ilunga, parte com seus seguidores em busca de novo território.

Já com fome e sem nenhuma provisão, avistam eles uma aldeia: aproximam-se, buscando provisões e descanso; a aldeia era do povo lunda, então governado por Rweej, filha do recém-morto rei; encantada pela beleza e modos nobres de Kimbinda, Rweej casa-se com ele.

Porém, como acontece entre quase todos os povos de cultura bantu, a tradição proibía a rainha de governar durante o ciclo menstrual, já que, por não engravidar neste período e por estar perdendo energia, considerava-se a mulher simbolicamente morta; assim sendo, os tabus diziam que, se governasse, ela poderia contaminar negativamente o povo.

Assim é que, um dia, durante a interdição, a rainha chama seus notáveis e chefes de linhagem e, colocando o bracelete que simboliza o poder em seu marido, o apresenta como novo chefe lunda; é evidente que o casamento da rainha com o estrangeiro, seguido por sua elevação a rei, causa descontentamento não só entre a família real: também algumas camadas da população recusam-se a aceitar o governo do forasteiro luba.

Como consequência, Kinguli, irmão da rainha, leva seus simpatizantes para oeste, onde pretende fundar novo reino, sob sua direção. Isto, no início do século XVII.

Kinguli chega à região ocupada pelos jaga em Angola, e se faz aliado deles; então, adota o quilombo – campo ritual - para a formação e iniciação, também, de jovens guerreiros estrangeiros, que incorpora ao próprio exército; como resultado, consegue espalhar seu povo por toda a região mbundu depois de 1610, chegando mesmo a

fundar novos estados, tais como Kalandula, Kabuku, Holo, Kassanje, etc.

É importante ressaltar que a ampliação do uso do quilombo como campo de iniciação aplicável também à admissão de guerreiros conquistados, dá ao termo a conotação de “associação de homens, aberta a todos, sem distinção de pertencimento a qualquer linhagem”; é com esta conotação que ele passa a ser entendido na diáspora.

Ressalte-se que o auge do povo imbangala coincide com as guerras contra Portugal; à época, é este povo comandado por Nzinga, que se tornaria, até por isto, lendária rainha angolana, da qual vem a descender nova etnia, que leva seu nome.

Também se reafirme que é neste sentido, o de guerreiro e de resistência, que o termo quilombo passa para a diáspora, permitindo assumir que, como instituição, ele foi a mais duradoura e efetiva expressão de enfrentamento ao processo escravista, quer no Brasil, quer em qualquer ponto onde a escravidão foi adotada.

Isto porque é ali que o escravizado deixa de ser coisa, animal de carga, objeto de exploração e comércio, retornando a ser gente, ao readquirir sua humanidade.

O escravismo em África, e a resistência a ele.

O aparecimento de expressões organizativas similares aos quilombos surgiu em quase todas as áreas do continente africano atingidas pela escravatura atlântica, desde que, em 8 de janeiro de 1454, o papa Nicolau V autoriza, aos portugueses, o tráfico de escravos africanos, o que, posteriormente, se dissemina por outras nações, tais como os franceses, belgas, ingleses, alemães, e outros mais.

Estas organizações, quase sempre, corresponderam, independentemente do nome que receberam por parte dos colonizadores ou dos escravos, a formas de luta contra o esclavagismo; mas, por vezes, foram, também, a tradução da resistência armada ao ocupante europeu.

Conta Gomes Eannes de Zurara, em seu *Crónica dos feitos da Guiné*, cap.VII, que a primeira leva de escravos vindos de África e vendidos em Portugal, acontece em 08.ago.1444:

[...] começaram os mareantes de carregar seus batéis e tirar aqueles cativos para levarem segundo lhes fora mandado: os quais postos juntamente naquele campo, eram uma coisa maravilhosa de se ver. Que entre eles havia alguns de razoada brancura, formosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes. Tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos que quase parecia aos homens que os guardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo [...]. É assim que antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham todos de perceber o contrário: das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume de Santa Fé. Por viverem assim como bestas sem alguma ordenança de criaturas razoáveis, que aqueles não sabiam o que eram pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa; e o pior era a grande ignorância que em eles haviam, pela qual não havia algum conhecimento de, somente de viver em uma ociosidade bestial.

Desde então a resistência verificou-se. Eis alguns destes casos, entre outros:

Em S. Tomé

Pode-se considerar, como uma forma de “quilombo”, o reino dos angolares, existente em fins do séc. XV em S. Tomé – teria tido origem no naufrágio de um *barco de escravos* ocorrido na região sudeste da Ilha de S. Tomé, mais concretamente na

região de Sete Pedras, a 4 km da costa, ou na fuga de escravos escapados por volta de 1470, cujo chefe foi o lendário Rei Amador, o qual teria sido traído por um dos seus. Mas os angolares permaneceram e, em 1890, foi fotografado seu rei, Simão Andreza, pelo escritor e pintor português Almada Negreiros.



Fotografia do Rei Simão Andreza,
tirada em 1890, por Almada Negreiros

Ainda hoje uma região da ilha de S. Tomé alberga um povo de angolares, embora sua origem angolana seja duvidosa: para alguns autores, eles seriam provenientes de tribos da costa africana, porventura do Golfo da Guiné, que teriam chegado ao arquipélago por seus próprios meios, muito antes da chegada dos portugueses, internando-se na ilha e criando seu próprio reino.

Em Angola

Quando, em 1490, os missionários católicos chegaram ao reino do Congo, iniciando-se, no ano seguinte, a resistência do manikongo Nzinga Nkuwu, os escravos angolanos começaram também a sua oposição aos portugueses, seus pretensos senhores.

Nginga ou Zingha Ngola Kiluanji, da etnia mbundu, no então território Ndongo, era meio-irmã de Ngola³ Mbandi, e foi por este enviada a Luanda para conferenciar com os portugueses que ali sediavam; ali reclamou, ao respetivo governador-geral, a devolução do território por estes ocupados; em troca, ofereceu sua conversão ao cristianismo.

Assim procedeu ela, adotando o nome cristão D. Anna de Sousa; todavia, os portugueses não respeitaram o tratado de paz, o que motivou a guerra.

Com grande bravura, Kiluanji criticou as hesitações de seu meio-irmão e, ao que se crê, mandou envenená-lo, tomando o comando da resistência. Aliou-se aos guerreiros jagas, do Oeste, dos quais viria a tornar-se rainha, para enfrentar os portugueses.

Renegou a fé católica e transformou a instituição quilombo, conforme já acima

³ Ngola era o título do rei mbundu.

abordado, em campo de iniciação para a guerra.

Tenazmente e por quatro décadas, opôs-se aos europeus, impondo-lhes sucessivas derrotas. Conseguiu a união dos povos da Matamba, Ndongo, Congo, Kasanje, Dembos e Kissamba.

Durante este período e até 1663, ano de sua morte, seu poder se manteve sempre se opondo ao tráfico de escravos, não se pode afirmar se por convicção própria ou como estratégia de enfraquecimento dos portugueses, com os quais então negociou, obtendo a paz em troca da libertação de sua irmã Cambu (que depois, cristianizada, adotou o nome de Dona Bárbara).

Levada pelos portugueses, a seu pedido, para Luanda, renunciou, espontaneamente, ao trono Ngola. Só pôde regressar a Matamba dez anos depois, falecendo com 82 anos.

O quilombo da Rainha Nzinga, também conhecido como o quilombo dos Dembos, tornou-se referência da história angolana, de tal forma que, repise-se, ali surgiu nova etnia, com seu nome.



Rainha Nginga

No Congo

Sublevações de escravos registaram-se ao longo das épocas no Alto e Baixo Congos, tanto contra os ocupantes franceses (a escravatura só foi completamente abolida em França em 1848) como belgas, tornando-se um prolongamento das ações insurrecionais em Angola. Algumas tribos congolezas revoltaram-se, como, por exemplo, os *batshioks*, da região do Kwango; em princípios do séc. XX, rebelaram-se os *batetela* contra a ocupação e a escravatura, refugiando-se no Katanga.

Em Moçambique

Particularmente no vale do Zambeze, surgiram as *aringas* (quilombos), situadas em pontos estratégicos, com escravos fugidos e armados (*achicunda* – que se levantaram em armas contra as companhias de plantação), que se prolongaram por todo o séc. XIX.

Sabe-se que já no séc. XVIII se formaram quilombos, entre outros, na região de Sena (em Morrumbala e em Borongage), que chegaram a ter 400 homens, e em Cheringone (no Tete); e que, fugindo da ilha de Moçambique, muitos se refugiaram em áreas fortificadas de Ampapa, tendo surgido também na zona de Maganja da Costa

(Angoche, a que os colonizadores chamaram de “República Militar”, na verdade um território reconhecido pelos portugueses e governado durante décadas pelos *achicunda* de João Bonifácio Alves da Silva).

Fugindo de prazo em prazo⁴, os escravos foram-se acantonando em quilombos que resistiram durante décadas. Mas, além destes focos no norte de Moçambique, existem outras referências em diferentes zonas, tais como Inhambane, no sul.

Quilombos, na diáspora

O escravagismo engendrou uma indómita sede de liberdade, e a fuga para espaços com alguma segurança face à repressão, foi um dos modos como ela se manifestou. Tenta-se aqui, com este trabalho, identificar e descrever não só a história dos quilombos daí formados, mas, também, sua forma de organização.

Neste ponto, deve-se ter em mente que a fuga de escravos (a procura de liberdade) é tão velha quanto a própria escravatura: segundo opina Munanga em *O negro no Brasil de hoje*, pag. 72, é um processo natural; diz, ele: “o processo de aquilombamento existiu onde houve escravidão dos africanos e seus descendentes”.

Recorde-se que a fuga de escravos já se manifestou expressivamente, dentre outros pontos, no império romano, quando da revolta de Espártaco⁵.



Estátua de Espártaco
Museu do Louvre, Paris.

De início, basta saber que em todas as Américas formaram-se grupos semelhantes, que tomaram nomes diferentes, em acordo à matriz colonizadora em que surgiram: *cimarrónes* em muitos países de colonização espanhola, *palenques* em Cuba e Colômbia, *cumbes* na Venezuela, *marroons* na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos, são alguns destes nomes.

Em Cuba, Jamaica, Panamá, como em Venezuela, Colômbia e outros países,

⁴ “prazo” é o nome dado às companhias capitalistas assentes na agricultura.

⁵ Espártaco foi um célebre gladiador trácio, líder da revolta de escravos na Roma Antiga, conhecida como Terceira Guerra Servil, Guerra dos Escravos ou Guerra dos Gladiadores. Espártaco liderou, durante a revolta, um exército rebelde que contou com quase 100 mil ex-escravos, tendo sido derrotado por Crasso em 70 a.C..

designam-se de *cimarrónes* os animais domésticos que escaparam de seus donos e deixaram, por isto, de estar domesticados; por extensão, ganharam este nome os escravos que fugiram do cativeiro e recuperaram, nos campos, sua liberdade.

No México, como também em Cuba ou na Venezuela (onde também são referidos como *cumbes*), chamaram-lhes *palenques*, nome de uma tribo maia, possivelmente liderada por mulheres que souberam resistir aos invasores espanhóis.

Na Jamaica, tal como no Suriname e no Haiti, são referidos como *marrons* ou *maroons*⁶ (que significa “castanho”), por serem de cor escura (negra) – o que indica sua origem africana.

Há historiadores que opinam que os nômadas também chamavam quilombos aos seus lugares de paragem, e o termo passou a designar a própria paragem no deserto, o acampamento onde se realizava o comércio de cera ou de escravos.

Enfim: como quer que seja, a palavra quilombo provém dos povos de Angola que, em muito, contribuíram para a massa de escravos que confluíram para a América portuguesa e para Cabo Verde.

Quanto á religiosidade, é importante informar que, em princípio, os resistentes nestes quilombos rejeitavam o cristianismo, e tentaram recuperar e manter as práticas antigas herdadas de África, tanto mais que o clero estava deles ausente; no momento seguinte, e já perante o clero e seu poder leigo à época, utilizam-se do mesmo para desenvolver, em via de mão dupla, o chamado sincretismo religioso.

Estudos genéticos têm revelado que a ancestralidade africana predomina na maioria dos quilombos, embora haja a presença de elementos de origem europeia e indígena nestas comunidades, o que, a princípio, demonstra que os quilombos não foram povoados apenas por africanos, mas, também, por gente de outra origem que se integrou a estas comunidades, o que sugere a não discriminação étnica nestes grupos, assim como acontecia com os imbangala.

Os estudos também mostram que a ancestralidade dos quilombolas - sobretudo no Brasil - é bastante heterogênea: chegando a ser quase que exclusivamente africana em alguns casos, como no quilombo de Valongo, a matriz europeia chega até a predominar em outros, como no caso do quilombo do Mocambo⁷ que, embora formado por descendentes de escravos fugidos, constitui-se em exceção quanto a este ponto.

A maioria dos quilombos tinha existência efêmera - uma vez descobertos, a repressão de que eram alvo ficava marcada pela violência aplicada por parte dos senhores de terras e de escravos, para se reapossarem dos fugitivos e punir exemplarmente alguns, querendo atemorizar os demais.

Apesar de representarem forte resistência à escravidão, muitos quilombos contaram internamente com este instituto, prática que levou alguns teóricos a interpretá-la, ali, como conservadorismo africano quanto às classes sociais além-mar presentes, como reis, generais e escravos.

Mas, ignoraram eles, talvez propositalmente, o caráter totalmente antagônico

⁶ a palavra “marron” deriva do termo espanhol *cimarrón*, designativo de todas as formas de fugas (humanas e animal), assim como para plantas e animais silvestres, principalmente quando resistentes a qualquer tentativa de extermínio.

⁷ no estado de Sergipe, nordeste brasileiro.

entre a escravidão africana e a europeia imposta à África, conforme pode ser constatado pelas pesquisas de diversos estudiosos, tais como Claude Meillassoux, em *Antropologia da escravidão*, ou o africano Amadou Hampâté Bâ, em *Amkoullel, o menino fula*.

Cabe aqui ressaltar que a instituição quilombo talvez configure o módulo mais representativo de resistência à escravidão, quer por seu alcance territorial, quer por sua longevidade; mais ainda: pelo sentimento político que despertou; isto porque a formação de quilombos não foi fenômeno geograficamente localizado, acompanhando sempre o processo escravista onde quer que este tenha se instalado.

Comprovando o que acima se afirma, a que se mostre, talvez, como primeira revolta de escravos, ainda índios, bem como a formação do primeiro *palenque*, acontece apenas onze depois de Colombo chegar às Américas: é em 1503 que ela acontece, em Ayti/La Española; em 1514, há o levantamento do cacique cubano Enrique, dando continuidade ao pronunciamento contra a escravatura do padre dominicano Bartolomeu de las Casas⁸. Em consequência, os escravizados africanos passam a substituir os indígenas, chegando o primeiro navio negreiro, em 1518, às Antilhas.

Apenas três anos depois, em 1521, numa plantação açucareira da Jamaica, houve outra rebelião de escravos e, em 1523, o levantamento de escravos em Puerto Rico.

As revoltas sucedem-se: em 1526 na Carolina do Sul, então sob domínio espanhol; em 1529, incidente em Santa Marta, Colômbia; em 1530, rebelião de *cimarrons* em Castilla d'Oro⁹; em 1532, na Venezuela e, em 1533, nova revolta de mineiros escravos, em Cuba;

Quatro anos depois, a revolta é no México, seguida de pronunciamentos de escravos em Cuba e de guerra contra os *palenques* no Panamá; em 1545, rebelião de *marrons* em Lima, no Peru.

De 1570 a 1609, levantamento de escravos no México, quase coincidente com violenta repressão contra os *palenques* em San Basilio, Colômbia.

No mesmo 1609, o rei de Espanha é obrigado a reconhecer a autonomia do *palenque* de Yanga (San Lorenzo de los Negros) e, no princípio do século XVII, surgem os primeiros acampamentos de *marrons* na Jamaica, nas Ilhas Virgens, em Guadalupe e na Martinica.

Um ano antes, em 1608, começam quatro anos de outra rebelião de escravos, no México; em 1636, surge uma aldeia *marron* em Guadalupe, nos altos de Capesterre; em 1639 há levantamentos em San-Cristóbal; dez anos depois, revoltas de escravos nos Barbados, seguindo-se repressão sobre os *cimarrons* na Venezuela (Caracas, 1630) e, em 1646, em Guadalupe; 1673, ano em se formam bandos de *marrons* nas Bermudas, assiste a insurreição na Jamaica e, em 1675, o levantamento de escravos é em Barbados.

Continuando o longo rol: em 1688, rebelião de escravos negros nas minas de Negua, em Chocó, na Colômbia; em 1692, nova sublevação em Barbados; em 1713, a coroa espanhola reconhece a autonomia *marron* de Benkos Biojó; no mesmo ano, rebelião no Haiti; em 1732, é em Andresote que a resistência se manifesta e em 1734, novamente na Jamaica; em 1763, em Berbice, Guianas (conduzida por Cuffy).

⁸ Sobre o tema, ver *Os jacobinos negros*, de C.L.R. James, pg. 19-20

⁹ Nome dado pelos espanhóis à região que, na época do descobrimento, se estendia do norte da América do Sul ao Panamá, Costa Rica e Nicarágua, abrangendo, praticamente, toda a atual América Central.

Prosseguindo: em 1789, Ambrosio Mondongo levanta-se em San José e Puchimbuela; em 1795, rebelião negra na Serrania de Coro (Venezuela); em 1799, é em Maracaíbo, Venezuela, que a revolta acontece.

Como resultado da revolução iniciada dez anos antes, o Haiti, pelas mãos do ex-escravo Toussaint Louverture, vê-se livre da França a partir de 1801, e se constitui, três anos depois, como nação independente, naquela que, talvez, tenha sido a única revolução de escravos vitoriosa de que tem notícia a história.



Toussaint Louverture

Dois anos depois, o levantamento é em Durazno (Uruguai; em 1812, há rebelião de escravos em Puerto Rico e Cuba, o que volta a ocorrer em 1848, no Perú (Nepén); em 1854, é proclamada a independência das Esmeraldas.

Como se verifica, é extenso o histórico de revoltas de negros de origem africana no continente americano.

A organização dos quilombos

Mas só se pode falar na existência de quilombo quando existe alguma organização, mesmo mínima, do agregado; mesmo que, aparentemente, rudimentar, esta organização há que haver, não só quanto às formas de defesa, sociais ou culturais, como quanto às manifestações religiosas e lúdicas, a música e a dança, no que se procura reformular laços familiares perdidos por ação da escravatura¹⁰.

De fato, os quilombos sempre estiveram sujeitos a incursões do poder oficial, sendo por isto obrigados a organizar-se de forma a, além de subsistir económica e politicamente, disporem de recursos eficazes de defesa: tinham governo altamente centralizado, ao qual se subordinavam os mocambos (ou aldeias) em que, eventualmente, se subdividiavam, embora os chefes locais participassem de decisões em forma de congressos, à semelhança do funcionamento do “conselho de anciãos” africano.

Poranto, os quilombos sincretizaram modelos de organização genuinamente afri-

¹⁰ Contudo, a disseminação dos processos de fuga de tal forma chega a assustar o colonizador que, em 1740, o Conselho Ultramarino português tipifica quilombo como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

canos, embora os ex-escravos ali presentes tenham assimilado a sociedade reinol.



Pintura do século XVIII de Dirk Valkenburg
escravos dançando

Note-se que a vida, nos quilombos, visava, em sua organização:

- . aculturar os escravos recém libertos às práticas do quilombo, que consistiam em trabalho árduo para a subsistência da comunidade, já que muitos desses escravos achavam que não teriam mais que trabalhar; e
- . diferenciar os ex-escravos que chegavam aos quilombos pelos próprios meios (fugidos, que se arriscavam até encontrar um quilombo, sendo, no trajeto, perseguidos pelos antigos senhores e correndo o risco de serem capturados por outros escravistas), daqueles que eram trazidos por incursões de resgates - escravos libertados por quilombolas, que assaltavam fazendas e vilas para, entre outras coisas, libertá-los; mas, a ambos era possível a total integração.

Ressalte-se que, ao escravizado, por sua condição social, não era possível colaborar ou formar parcerias com o sistema dominante: não podia ser meeiro, posseiro, arrendatário: apenas escravo ou, aquilombando-se, homem livre; é possível que, por este motivo, o quilombo persista durante todo o processo escravista: no Brasil, iniciado com Palmares ainda no século XVI, resiste até mesmo durante a abolição; há remanescentes que, em nossos dias e em terras dali remanescentes, têm proteção constitucional.

Quanto à economia quilombola, a princípio, seria de subsistência, procurando seus integrantes encontrar modelos que satisfizessem suas mais imediatas necessidades; por conseguinte, centrava-se ela na agricultura, muitas vezes nómade, e na criação de gado; nalguns casos, na pesca.

O trabalho e o produto ali obtido eram socializados. É de admitir que, tal como se verificou no Brasil, também em Cabo Verde os quilombos tivessem desenvolvido economia mais diversificada, recorrendo a alguma atividade extrativa e comercial (mercantilista) ou, mesmo, de tessitura.

Deduz-se que a instituição quilombo, repita-se. talvez configure o módulo mais

representativo de resistência à escravidão, quer por seu alcance territorial, quer por sua longevidade; mais ainda: pelo sentimento político que despertou.

Isto porque a formação de quilombos nunca foi fenómeno geograficamente localizado: acompanhou, sempre, o processo escravista, em todas as partes onde este ocorreu, o que leva Clovis Moura a opinar, em *História do negro brasileiro*, pág. 24:

O quilombo foi [...] a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região onde existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenómeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica [...]. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. [...]. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo em outros locais [...]. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenómeno esporádico. Constituiu-se em fato normal da sociedade escravista.

Em Cabo Verde

De início, informe-se que, devido à natural falta de documentação comprovativa, deduz-se aqui, dos poucos indícios existentes, o modo como evoluiu este processo importante da história cabo-verdiana, na esperança de que futuros trabalhos apresentem mais pormenores que, de uma vez, façam luz sobre a matéria.

Para já, cuida-se que esta contribuição ajudará a inscrever a realidade dos quilombos caboverdianos nas cronologias que ensinam a história às gerações mais jovens, que a devem divulgar e defender sem preconceitos de qualquer espécie.

Para além das dificuldades, esta investigação comprova o que já era conhecido: que Cabo Verde, tal como em outros países colonizados com processo escravista, teve seus quilombos, onde os escravos fugitivos se refugiavam e, heroicamente, resistiam à ocupação reinol; deve-se a António Correia e Silva a identificação de um destes quilombos; mas, certamente, outros também se formaram.

De certa forma, a fuga dos escravizados africanos, em Cabo Verde, contribuiu para o povoamento do interior da ilha, e se constituiu em um dos vetores deste povoamento, complementar ao progressivo internamento dos reinóis (europeus), que ali iam formando morgadios e capelas. A ocupação de todo o interior rural foi-se fazendo por este modo.

Quanto aos quilombos, os escravos tê-los-ão designado por “djulanges”, palavra oriunda da costa ocidental do continente de origem, tirada do mandinga, idioma falado pelo grupo mande, nativo da Baixa Guiné; quanto ao medo que esta formação de resistência suscitou na sociedade reinol, criou a ideia que se poderia reproduzir, em Cabo Verde, o fenómeno havido no Brasil, e aí referido como quilombos.

Historicamente, a escravização de africanos chega a Cabo Verde no séc. XV, trazida pelos colonizadores europeus para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar e de algodão por eles introduzidas, e que requeriam mão-de-obra intensiva; com o algodão recolhido, fabricava-se pano (*panu di tera*), cujos réditos, por sua vez, alimentavam a importação de escravos. Assim, este contingente de escravos - que engendrava novos contingentes de escravos - convergiu para Ribeira Grande de Santiago e, dali, para outros pontos da ilha de Santiago.

Provenientes do continente africano, inicialmente da região dos Rios da Guiné, estes escravos procuravam constantemente a liberdade: quando podiam, galgavam as muralhas da cidade, construídas tanto para a proteger de ataques de corsários, como

para impedir a escapada dos escravos (“*fujões*”, donde terá resultado a designação adotada pelos mandingas - “*djon*”, que significa escravo).

O sonho dos homens e mulheres deste modo submetidos, era o de recuperar a liberdade perdida. A fuga era um dos meios para obter essa liberdade. Ora, na fuga – que obrigou a construção de muralhas para a impedir em volta de Ribeira Grande (cujos restos ainda hoje são visíveis) - internavam-se em áreas de difícil acesso, tentando, assim, iludir a perseguição por parte dos grupos de caçadores de fujões.



Caçadores de escravos “fujões”

Encontravam, nesta fuga, espaços com naturais condições de fácil defesa: deste modo, surgiram diversos núcleos de escravos e libertos, disseminados por serras e matagais do interior da ilha, cada vez mais afastados dos principais centros urbanos (Ribeira Grande, Praia, Alcatrazes) e nas áreas limítrofes do atual Município de Ribeira Grande de Santiago, confinando com Santa Catarina (antiga Santa Catarina do Mato), como é o caso da região de Belém-S. João Batista, em Mosquito Horta ou na zona de Pico Leão e de Piku Antónia (Pico de António Genovês), onde terão aparecido alguns dos primeiros locais de resistência, que mais tarde (a partir do séc. XVIII) foram identificados como quilombos.

Foram os reinóis, impressionados pelas insubordinações havidas no Brasil, que deram aos espaços governados por escravos rebeldes, o nome de quilombos; naturalmente que os escravos, sem acesso a fontes de informação, os batizaram com outros nomes – porventura *djulangue*, palavra que será derivado de “*djon*”, a ter em conta os indícios resultantes do facto de existirem localidades com este nome em Belém (no Município de Ribeira Grande de Santiago), em Boa Entrada (no de Santa Catarina de Santiago) e em Santa Cruz.



Argolas usadas pelos escravos

Quanto a Cabo Verde especificamente, existem várias referências à existência de quilombos no arquipélago, o que de resto se reflete na linguagem corrente – por exemplo, diz-se “*djon ki konxe otru djon*” (o que, traduzido à letra, significará – “escravo (alguém) que reconhece outro escravo como ele, perdido nas áreas de refúgio).

Destacam-se, pelo menos, dois casos registados em diversos documentos:

O quilombo de Julangue

Há notícia de que, no interior da ilha de Santiago, em Julangue (zona rochosa de matagais e matos), os escravos se reuniram em quilombo por mais de 15 anos, e que muitos forros a eles se juntaram, resistindo às tentativas do poder dominante para os neutralizar, o que ocorreu desde 1709. Sabe-se que, à medida que as forças dominantes minguavam, a sua resistência ia em crescendo, criando graves problemas aos proprietários.

Por ordem do governador de Cabo Verde, Gonçalo Lemos Mascarenhas e alertado pelos alaridos que vinham do Brasil, onde os quilombos já iam aparecendo, além de acicatado por indicações da coroa de Portugal (em carta de 1 de Fevereiro de 1709), ordenou que, sobre eles, marchasse uma coluna de 400 homens, comandada pelo capitão Francisco Araújo Veiga, a fim de “prenderem uns negros forros régulos e levantados”, o que é indicativo das condições em que então se achava a maioria dos rurais forros, que apenas diferiam dos escravos no grau de liberdade em que viviam.



Mercado de escravos em Argel,
gravura holandês do séc. XVII

Segundo o historiador Correia e Silva,

O grupo rebelde não foi capturado e nem sequer mesmo disperso, isso apesar do grande aparato da expedição miliciana. Deve-se mesmo dizer que a tentativa de repressão, longe de inibir o fenômeno de fuga do cativo, terá mesmo contribuído para o seu recrudescimento. É o que, pelo menos, parece indicar o testemunho do ouvidor Xavier Lopes Vilella, dado um ano depois da ocorrência do evento em análise. Foi assim que em 1710, Vilella calculava que "andavam mais de 600 escravos fugidos a seus senhores nas serras".

Cerca de 1718, foi preso um dos líderes deste movimento, chamado dos “valentes de Julangue” (assim os escravos a eles se referiam depois do embate então havido): Domingos Lopes¹¹ foi condenado à morte e executado

para que, por este caminho, se dê não só a satisfação à justiça no castigo deste negro, mas se evite a que os mais rompam em maiores ousadias e ponham em grande risco a conservação daqueles moradores, formando-se mocambos deles que não [...] seja fácil conquistarem-se pois mostrou a experiência de Pernambuco o muito que generão os povos daquela capitania com o que ali houve, o quanto foi custoso pôr-se limite às suas insolências, havendo milícias pagas compostas de dous terços e tanta gente para o sujeitar o que não há em Cabo Verde... (António Correia e Silva, "Da contestação social à transgressão cultural: forros e fujões na sociedade escravocrata cabo-verdiana").

O incidente de Monte Agarro

¹¹Domingos Lopes é, sem dúvida, um herói nacional em Cabo Verde: a sua memória deve ser cuidadosamente preservada, justificando-se que receba, em sua honra, o erguer de qualquer monumento.

Além dos referidos “julanges”, há, pelo menos, a referência a outro grave incidente ocorrido no séc. XIX: em Dezembro de 1835¹², os escravos de Monte Agarro, a cerca de 4 quilómetros do Plateau na Praia, tentam invadir a capital para "matar todos os brancos donos de terras", o que revela o ódio acumulado contra os reinóis terra-tenentes, cujo racismo era por demais evidenciado em diferentes circunstâncias.

Segundo escreve Sena Barcelos, um relatório preparado por um Juiz local aponta que "os escravos tencionavam obter a sua liberdade e para isso determinaram matar os seus Senhores e a seguir embarcar para a Guiné".

Esta revolta dos escravos foi duramente reprimida. Ficou, todavia, na memória das classes dominantes, que viriam acabar por abolir oficialmente a escravatura no ano seguinte (1836), sendo portanto a última revolta conhecida contra o escravagismo em Cabo Verde.

O caso brasileiro

Palmares, o primeiro grande quilombo brasileiro, aparece entre Alagoas e Pernambuco, provavelmente por volta de 1560, e dura até 1695.

Parecendo confirmar sua origem angolana, note-se que é sintomático o nome que os quilombolas de Palmares deram à sua sociedade – *Angola Janga*: Pequena Angola.

Além disto, surpreende a identificação de conteúdos - se, na África, o quilombo jaga era liderado pelo guerreiro entre guerreiros, chefe intransigente dentro da rigidez da disciplina militar, não é diferente no Brasil: mesmo quando subdividido em aldeias ou mocambos, estes reportavam-se à liderança central, gerida pelo guerreiro dos guerreiros – em Palmares, Ganga Zumba, primeiro; depois, Zumbi; se, em África, o quilombo era multiétnico, tendo claras finalidades político/militares, assim também no Brasil: todos os fugidos do sistema encontravam abrigo nesta instituição, cuja finalidade – escapar, opondo-se à estrutura dominante – torna-se sua própria razão de ser.



¹² Em janeiro deste mesmo ano, havia ocorrido a famosa Revolta dos Malês, em Salvador, Bahia, Brasil.

Segundo aponta Clovis Moura às pg. 25-30 de seu *História do negro brasileiro*, diversos foram os quilombos surgidos em terras brasileiras: lá estão dezessete em Sergipe, dezoito na Bahia, vinte e três em São Paulo, vinte em Minas Gerais....



Escravo de origem africana trabalhando no Brasil

Por isto, o ‘quilombo’ não pode ser visto de forma estreita: lugar de negros fugidos, resultado de fugas inconsequentes, apenas; ele é resistência e atingiu o processo oficial de utilização de mão-de-obra, de tal forma e com tanta intensidade que, no dizer de Clóvis Moura, “solapou as suas bases em diversos níveis – económico, social e militar”, influenciando decisivamente, “para que esse tipo de trabalho entrasse em crise”.



Uma sanzala do período colonial, existente no Brasil

A quilombagem evoluiu até à extinção oficial da escravatura, e o corpo de reivindicações sociais negras, durante todo o tempo, cresceu, podendo-se nele localizar, dentre outras, a Revolta dos Malês que, na Salvador de 1835, desperta medo e insegurança no poder central, quanto à manutenção do regime escravista.



Residência de escravos no Brasil,
final do processo escravista.

É de se notar, ainda, que esta Revolta vem precedida pela abolição da escravidão no Haiti que, já em 1791, levanta-se contra a França, vindo, posteriormente, a proclamar a própria independência.

É a partir de época em que acontece a Revolta dos Malês que o Brasil passa a assistir à morte lenta da escravidão que, em 25 de março de 1884, vê o Ceará expurgá-la de seu território; meses depois, Amazonas e Rio Grande do Sul o acompanham; no campo político, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, dentre outros, ecoam o que José do Patrocínio e seus pares pregam pelos jornais e pelas esquinas politizadas da capital e das províncias do país.

Há que mencionar, ainda, a revolta dos Farrapos, no Rio Grande do Sul¹³, que tinha, à época, 100.000 negros entre a população de 360.000 habitantes: em pleno regime escravista, os farroupilhas, em 1835, mesmo ano da Revolta dos Malês, decretam a liberdade, que dura até 1845, e o major João Manuel de Lima assume o comando da 1ª Legião de Escravos, com a qual entra na cidade de Pelotas. É neste ambiente em ebulição que surgem os chamados quilombos abolicionistas, dos quais Leblon, no Rio de Janeiro, e Jabaquara, em São Paulo, são os representantes principais.



Comunidade quilombola no Amapá, região norte do Brasil

Os quilombos abolicionistas brasileiros

Jabaquara foi comandado pelo negro Quintino de Lacerda; estabelecido em Santos, foi mantido por colaborações recolhidas entre comerciantes e simpatizantes, e chegou a acolher dez mil pessoas: em sua maioria, fugitivos encaminhados por António Bento e seus *Caifazes*.

Quanto ao Quilombo do Leblon, fundado na mesma década, formou-se nas terras em que, no bairro carioca¹⁴ que lhe dá nome, o português José de Seixas Magalhães, industrial produtor de malas de larga venda em todo o país, cultivava camélias que, ao final do processo, se transformaram em verdadeiras insígnias dos abolicionistas – dentre os quais, a Família Real.

É importante ressaltar que as duas últimas décadas do século XX, recolocam o conceito de “quilombo” no contexto nacional brasileiro, devido à abertura política que inspirou a “descoberta” de comunidades negras rurais; neste contexto, o termo “quilombo” amplia-se, adquirindo significados políticos e jurídicos importantes, por se referir às comunidades que permanecem nas terras que, há longo tempo, ocupam, e onde produzem e vivem.

¹³ Revolta que pretendia a independência deste estado frente ao Brasil.

¹⁴ Assim chamado por surgir no estado brasileiro do Rio de Janeiro.

Assim sendo, o conceito deixa de ser, apenas, territorial: passa a focar-se em seus remanescentes e, nesta nova forma, são considerados remanescentes de quilombos, segundo o Dec. 4887/2003, art. 2º, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Como providência de ordem prática, a identificação e certificação dos remanescentes de quilombos passam à competência da Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura brasileiro; como resultado quase imediato, são reconhecidas, como remanescentes de quilombos, as comunidades Frechal, no Maranhão; Rio das Rãs, na Bahia; Kalunga, em Goiás; Furnas da Boa Sorte e Furnas de Dionísio, em Mato Grosso do Sul; Conceição das Crioulas, em Pernambuco; Mimbó, no Piauí, dentre outras.

Atualmente, existem mais de duas mil comunidades quilombolas catalogadas no Brasil, sendo que, dos mais de trezentos processos abertos em tramitação no INCRA – órgão responsável pela titulação das terras - 40% chegaram ao final.



Quilombolas no Palácio do Planalto
Brasília, Brasil

Segundo os registros, existem remanescentes de quilombos nos seguintes estados brasileiros: Maranhão, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Pará, Amapá, Acre, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Tocantins, Piauí, Paraíba e Ceará.



Medalhão abolicionista britânico

Por isto, cabe retomar a definição de quilombos na atual legislação brasileira: “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

É definição que basta para atestar a importância dos quilombos na formação das associações de negros, objetos deste estudo; associações estas que têm início, como força de resistência e de manutenção cultural, no mesmo momento histórico em que as Américas são descobertas.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena-Casa das Áfricas, 2003
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992
- BRASIL. Fundação Cultural Palmares. *Quilombos*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em 01.jul.2007
- CHIAVENATO, José Júlio. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CORREIA E SILVA, Antônio. *Da contestação social à transgressão cultural: forros e fujões na sociedade escravocrata cabo-verdiana*
- COSTA, Ricardo. *A expansão árabe na África e os impérios negros de Gana, Mali e Songai (sécs. VII-XVI) - Segunda Parte*. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/pub/imperiosnegros2.htm>>. Acesso em 05.fev.2006
- COSTA E SILVA, Alberto. *Á África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008
- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). *Ancestrais: uma introdução à da África atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004
- FERRETI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o sincretismo*. São Paulo: Edusp/Fapema, 1995
- GIORDANI, Mario Curtis. *História do mundo árabe medieval*. Petrópolis: Vozes, 1976
- GLASGOW, Roy A.. *Nzinga*. São Paulo: Perspectiva, 1982
- HERNANDEZ, Leila Leite. *África na sala de aula*. São Paulo: Selo Nero, 2008.
- Quintino de Lacerda*. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/ribs23.-htm>>. Acesso em 03.jul.2007
- JAMES, C.L.R.. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos* (trad. Afonso Teixeira Filho). São Paulo: Boitempo, 2000
- KAYSERLING, Meyer. *História dos judeus em Portugal* (trad. Anita Novinsky). São Paulo: Pioneira, 1997
- KIRK, George E. *História do oriente médio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro* (trad. Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994
- _____. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004
- _____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989 (série Princípios)
- Movimento dos Caifazes*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Caifazes>. Acesso em 02.jul.2007
- MUNANGA, Kabengele. "Mestiçagem e experiências interculturais no Brasil" in: SCHWARCZ, Lília Moritz; REIS, Leticia Vidor de Sousa Reis (org.). *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 179-193
- _____. *Negritude, usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988, 2. ed.
- _____. O Anti-racismo no Brasil. In: _____ (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 79-94
- _____. O Universo cultural africano in: *Revista Fundação João Pinheiro*. Belo Hori-

zonte: jul-out/1984, p. 66-74

_____. *Origem e histórico do quilombo na África*. São Paulo: Revista USP (28): 56-63, dez./fev, 95-96

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

_____; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006 (coleção Para Entender)

NASCIMENTO, Elisa Larkin. “O legado africano” in: SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (org.). *Nossas raízes africanas*. São Paulo: s.ed., 2004, p. 58-59

OLINTO, Antonio. *Brasileiros na África*. Rio de Janeiro: GRD, 1964

POLIAKOV, Léon. *De Maomé aos marranos*. São Paulo: Perspectiva, 1965.

SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 1997

SERRANO, Carlos M. H.. *A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia*. São Paulo: Atual, 1995

_____. *Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola*. São Paulo: Revista USP (28), dez./fev. 95-96, p. 136-141

SILVA, , António Leão de Aguiar Cardoso Correia e. *Da contestação social à transgressão cultural: forros e fujões na sociedade escravocrata cabo-verdiana*.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de (org.). *Nossas raízes africanas*. São Paulo: s.ed., 2004

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007.

THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico* (trad. Marisa Rocha Mota). Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

* Ademir Barros dos Santos: Coordenador da Câmara de Preservação Cultural do Núcleo de Cultura Afro-Brasileira – Nucab – da Universidade de Sorocaba – Uniso. Sorocaba, São Paulo, Brasil

**Nuno Rebocho: jornalista, escritor e pesquisador, radicado em Ribeira Grande de Santiago, também conhecida por Cidade Velha. Ribeira Grande, ilha de Santiago, Cabo Verde.